

O Professor/Pesquisador Visitante e sua inserção no Sistema Nacional de Pós-Graduação

The Visiting Professor/Researcher and your insertion in the National Graduate System

Carolina Costa Borges

Doutoranda na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

E-mail: carol.borgess14@gmail.com

Prof. Dr. Ivan Rocha Neto

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

E-mail: neto-ivan@hotmail.com

Resumo

Este documento tem como tema central o professor/pesquisador visitante. Buscou-se compreender a sua inserção no Sistema Nacional de Pós-Graduação- SNPG, tentando assim, expandir as discussões acerca do tema, para construção de novas diretrizes e políticas públicas que contribuam para o aprimoramento da pesquisa científica brasileira. Para isso, o estudo analisou documentos do arquivo central da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Capes, bem como os Planos Nacional de Pós-Graduação - PNPg. O documento foi dividido em três partes: a primeira traz um breve conceito sobre quem seria o professor visitante, já a segunda e a terceira trazem uma análise do contexto histórico sobre a inserção desse ator no SNPG e nos PNPg. A análise documental realizada, demonstrou que o professor/pesquisador visitante está inserido na constituição dos estudos pós-graduados, desde o início, sendo um instrumento de crescimento para a pesquisa científica.

Palavras chave: professor visitante, pesquisador visitante, pós-graduação, SNPG

Abstract

The central theme of this document is the visiting professor/researcher. The purpose was to understand your insertion in the National Graduate System, trying to expand the discussions about the topic, for the construction of new guidelines and public policies that could contribute to the improvement of Brazilian scientific research. For this, the study analyzed documents from the central file of the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Capes, as well as the Planos Nacional de Pós-Graduação- PNPg. The document was divided into three parts: the first brings a brief concept about who is the visiting professor, and the second and third bring an analysis of the historical context about the insertion of this actor in the SNPG and in the PNPg. The documentary research demonstrated that the visiting professor/researcher is part of the constitution of the graduate studies, being an instrument of growth for scientific research.

Key words: visiting professor, visiting researcher, graduate, SNPG

Introdução

O Sistema Nacional de Pós-Graduação Brasileiro -SNPG é formado por diferentes atores, que, juntos, atuam para o desenvolvimento e fortalecimento da ciência. Assim, torna-se primordial conhecer o sistema e seus componentes.

Sob essa perspectiva, esse documento tem como objetivo principal promover discussões sobre os atores que fazem parte do Sistema Nacional de Pós-Graduação- SNPG, em específico do professor/pesquisador visitante. A fim de verificar a atuação deste, buscou-se por meio da análise de documentos, constantes no arquivo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Capes, como também nos Planos Nacional de Pós-Graduação- PNPG, compreender a inserção deste nos estudos pós-graduados.

Este documento, primeiramente, traz um breve conceito do que é o professor/pesquisador visitante na pós-graduação stricto sensu, e nos tópicos seguintes a abordagem é do ator no SNPG e sua citação nos PNPG. A intenção foi verificar como esse ator é identificado nos estudos pós-graduados, utilizando a análise documental, uma vez que, conforme Cellard (2008), essa contribui para a compreensão da evolução de certos processos, e ainda, segundo Ludke e André (1986), na análise de vários documentos, situações ainda não identificadas podem ser reveladas.

Professor/Pesquisador Visitante: Um breve conceito

A busca pelo aprimoramento e acesso de todos ao conhecimento faz do meio acadêmico um espaço com suas regras e com os atores ordenados conforme o lugar onde estão inseridos. A fim de verificar quem é Professor/pesquisador visitante, foi realizada uma pesquisa na Plataforma Sucupira¹, procurando identificar como se registra, no painel principal, os professores, pesquisadores. Observou-se que o painel principal não traz distinção entre docentes e pesquisadores, todos estão inseridos na aba “docentes”. Em outra pesquisa, para uma consulta mais específica sobre o vínculo dos professores, a Plataforma informa as categorias: permanente, colaborador e visitante.

Ainda buscando compreender o ator do estudo, realizou-se consulta ao Sistema de Informações Georreferenciadas – GEOCAPES, da Fundação Capes, assim como, no site “Dados Abertos”, do mesmo órgão, onde estão dispostos dados sobre a pós-graduação brasileira e outros temas relacionados a educação. A pesquisa revelou também a mesma situação registrada na Sucupira, isto é, docentes que foram referenciados como professores/ pesquisadores, sem distinção entre eles. Assim, pela análise nessas plataformas, pode-se inferir que, do ponto de vista das políticas públicas de financiamento e avaliação da pós-graduação stricto sensu, os termos professor e pesquisador designam o mesmo ator.

Desta forma, neste trabalho, os termos professor e pesquisador foram aplicados ao ator inserido no contexto acadêmico, que atua tanto na docência quanto na pesquisa acadêmica, O termo visitante, faz referência ao seu status como participante temporário em uma determinada instituição, trocando conhecimento, contribuindo para a melhoria dos programas nas

¹ A Plataforma Sucupira é uma ferramenta, conforme site do Ministério da Educação, que traz informações que servem de base para o Sistema Nacional de Pós-Graduação.

instituições de ensino superior. Dessa maneira, neste trabalho, esse ator é representado pelo descritor: professor/pesquisador visitante.

Do entendimento de quem seria o ator do SNPG aqui tratado, passou-se à análise de documentos que pudessem contribuir para uma melhor especificação do professor/pesquisador visitante, buscando identificar sua evolução nos estudos pós-graduados.

Histórico do Professor/Pesquisador Visitante no SNPG

O Sistema Nacional de Pós-Graduação brasileiro é relativamente novo, se comparado com o de outros países. Trata-se de um sistema que vem se consolidando ao longo das últimas décadas e ganhando visibilidade nacional e internacional (Brasil, 2022, p.13). Para se chegar à estrutura atual, normativas foram estabelecidas e instituições como a Capes, foram sendo instituídas, a fim de que a pós-graduação *stricto sensu* se constituísse. Assim, entre diferentes documentos que se referem à educação superior e principalmente à pós-graduação, destaca-se o Parecer nº 977, de 03 de dezembro de 1965. Contudo, antes de discorrer sobre esse documento é importante frisar que a pós-graduação *stricto sensu* não surgiu com o Parecer nº 977. Esse trouxe regras, dando direcionamento, mas algumas instituições, como a Universidade de São Paulo e a Universidade do Rio de Janeiro, já contavam com estudos pós-graduados.

Ainda sobre os antecedentes do Parecer, Cury (2005) informa que foi um longo processo para o estabelecimento da universidade no Brasil e que, embora o decreto nº 19.851/193, conhecido como Estatuto das Universidades Brasileiras², dispusesse sobre as universidades em 1930, esse não trazia informações sobre a pós-graduação e não fazia diferença entre os níveis de estudos. O art. 32, do Estatuto, até mencionava a importância dos estudos científicos, contudo faltava uma estrutura definida.

Assim, o Parecer nº 977 foi instituído a partir da necessidade de regulamentar os estudos científicos realizados no Brasil. Também conhecido como Parecer Sucupira, foi um importante documento para os estudos pós-graduados, pois foi o primeiro que centralizou a necessidade de se ordenar a pós-graduação. Trazendo modelos de pós-graduação, destaca a necessidade da pesquisa científica. Na abertura do documento é mencionado que:

O Sr. Ministro da Educação e Cultura, considerando a necessidade de implantar e desenvolver o regime de cursos-pós-graduação em nosso ensino superior e tendo em vista a imprecisão, que reina entre nós, sobre a natureza desses cursos, solicita ao Conselho pronunciamento sobre a matéria que defina e, se for o caso, regulamente os cursos de pós-graduação a que se refere a letra b do art. 69 da Lei de Diretrizes e Bases. (BRASIL, 1965, p.1)

A regulamentação da pós-graduação, conforme o documento de 77, também passava pela distinção entre os estudos *stricto sensu* e *lato sensu*, modelo que tem sido utilizado no Brasil até os dias de hoje:

Normalmente os cursos de especialização e aperfeiçoamento [sensu lato] têm objetivo técnico profissional específico sem abranger o campo total do saber em que se insere a especialidade. [...]. A pós-graduação *sensu stricto* é de

² O Estatuto das Universidades de 1931, além de estabelecer a organização técnica e administrativa das universidades, também institucionalizava os cursos de aperfeiçoamento e de especialização como forma de aprofundamento de conhecimentos profissionais e científicos.

natureza acadêmica e de pesquisa e mesmo atuando em setores profissionais tem objetivo essencialmente científico, enquanto a especialização, via de regra, tem sentido eminentemente prático-profissional; confere grau acadêmico e a especialização concede certificado; [...]. Isto nos permite apresentar o seguinte conceito de pós-graduação *sensu stricto*: o ciclo de cursos regulares em segmento à graduação, sistematicamente organizados, visando desenvolver e aprofundar a formação adquirida no âmbito da graduação e conduzindo à obtenção de grau acadêmico. (BRASIL, 1965, p. 4)

Conforme Cury (2005), o percurso foi longo, e nesse processo, outras normativas bem como estruturas para dar suporte a pesquisa, foram se estabelecendo, a fim de que os estudos acadêmicos se consolidassem. Cumpre ressaltar que, dentro das estruturas de apoio à pós-graduação *stricto sensu*, a Capes, fundação vinculada ao Ministério da Educação - MEC, criada em 1951, com o objetivo inicial e principal de planejar as ações e estudos necessários para que pessoas se qualificassem em prol do desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil, antes mesmo do referido Parecer, já desenvolvia ações para que os cursos de mestrado e doutorado e a pesquisa se firmassem no Brasil.

Da necessidade do Brasil de formar seus próprios cientistas, conforme relatado no Parecer Sucupira, observa-se, pelos arquivos da Capes, que à época, a qualificação do corpo docente das instituições era um dos principais pontos que precisava ser trabalhado.

A autonomia científica que o país necessitava estava atrelada à mudança no perfil da universidade e dos cursos de pós-graduação. Conforme o Documento de 65, as universidades não poderiam mais ser somente formadoras de profissionais, devendo se transformar em centros criadores de ciência e de cultura. A mudança passava não só pela instituição de normativas, como também pela qualificação do corpo docente, estando o desenvolvimento dos cursos de mestrado e doutorado relacionado às pessoas inseridas neles.

No processo de instituir os estudos pós-graduados e pelo disposto por Saviani (2000), de que as universidades brasileiras naquele momento contavam majoritariamente com pesquisadores vindos do exterior, buscou-se por meio da Capes, como órgão responsável por desenvolver ações que fortaleçam a pesquisa, documentos que indicassem a inserção do professor visitante e as políticas públicas voltadas para sua atuação.

Os documentos, pertencentes ao arquivo da Capes³, indicaram a contratação de professores estrangeiros por tempo determinado, sendo reconhecidos, como professores visitantes. Vale ressaltar que, ainda sob a direção de Anísio Teixeira⁴, de 1951 a 1964, a Capes desenhou diretrizes para direcionar os estudos pós-graduados, que acabariam sendo, posteriormente, visualizadas no primeiro plano nacional de pós-graduação.

A leitura dos relatórios, de 1953 a 1956, demonstrou a inserção do professor/pesquisador visitante no início dos estudos pós-graduados, e sua contribuição na capacitação não só dos docentes das instituições brasileiras, como também dos programas de pós-graduação. A ideia era que esses pesquisadores fortalecessem a pesquisa, mudando, aos poucos, o perfil da universidade.

³ Arquivo da Capes: solicitou-se ao responsável técnico pelo Arquivo os dados, com posterior encaminhamento dos achados para leitura e análise.

⁴ Anísio Teixeira: defensor da escola pública, grande teórico, responsável por grandes mudanças que marcaram a educação brasileira no século 20.

Os documentos do Arquivo Central ainda permitiram a observação de relatos de alguns professores/pesquisadores sobre os trabalhos desenvolvidos e o acesso aos relatórios de atividades elaborados pelos técnicos da Capes, à época, registrando o regime contratual, o valor de bolsa, o planejamento de ações, entre outras informações. Foi possível observar também que as ações de qualificação dos quadros docentes não se resumiram a investir na vinda de professores visitantes para as instituições no Brasil, mas também na ida de Professores/Pesquisadores brasileiros que se tornaram visitantes nas universidades estrangeiras.

Da importância desse nível de estudo, em 1968, pós Parecer Sucupira, Anísio Teixeira discorreu sobre o ensino superior brasileiro, relatando que, até aquela data, os estudos pós-graduados não tinham sido estabelecidos e que havia essa necessidade, conforme experiência de outros países.

Os cursos de três e quatro anos são, em todas as universidades do mundo, considerados cursos de carreiras curtas. Toda a inovação no ensino superior brasileiro está restrita ainda a esses três e quatro anos de estudo. E a grande transformação moderna, que é a escola de pós-graduação, a escola de pesquisas, a escola que irá formular o conhecimento humano para ser ensinado, não chegou a existir no Brasil. Nosso problema hoje, em 1968, era o problema de Humboldt na Alemanha em 1809, e era o problema da América em 1875 (...). Se formos felizes, dataremos da próxima década de 1970 a nossa fase de pós-graduação. (TEIXEIRA, 1968)

Dessa forma, verifica-se que a inserção de professores/pesquisadores visitantes, desde o início da formação do SNPG, foi evoluindo. O trabalho da Fundação Capes, com políticas públicas e seus relatórios de atividades, e posteriormente, os Planos Nacional de Pós-Graduação foram importantes para a constituição do Sistema que existe hoje.

No caso dos professores/pesquisadores visitantes, duas normativas, merecem destaque, pois ajudam a entender o regime de contratação e a concessão de bolsas de fomento. A primeira normativa, no contexto atual, é a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação dos planos de carreira e cargos de magistério. O Art. 27, dispõe sobre os componentes do corpo docente, especificando os professores visitantes, incluindo-os nos cargos de docentes das universidades, salientando, no parágrafo 5º, como será realizada a contratação desses:

CAPÍTULO VIII – DO CORPO DOCENTE

Art. 27 O corpo docente das IFE será constituído pelos cargos efetivos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de que trata esta Lei e pelos Professores Visitantes, Professores Visitantes Estrangeiros e Professores Substitutos.

§ 5º A contratação de professor visitante e de professor visitante estrangeiro, de que tratam os incisos IV e V do caput, tem por objetivo:

- I – apoiar a execução dos programas de pós-graduação stricto sensu;
- II – contribuir para o aprimoramento de programas de ensino, pesquisa e extensão;
- III – contribuir para a execução de programas de capacitação docente; ou
- IV – viabilizar o intercâmbio científico e tecnológico.

A mesma lei ainda menciona que as contratações seguem o disposto na Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a qual, estabelece as diretrizes para contratação por tempo determinado para

atender as necessidades temporárias de interesse público. Assim, entende-se que a contratação dos professores visitantes parece dar continuidade aos primeiros conceitos desse documento, reforçando a ideia de mobilidade e inserção desses atores no SNPG para aprimoramento da pós-graduação *stricto sensu*.

O segundo documento que contribui para este estudo é a Portaria nº 81, de 03 de junho de 2016. Nela, a Capes definiu as categorias de docentes que fazem parte do SNPG, a fim de direcionar não só o cadastramento dos professores na Plataforma Sucupira, como também, facilitar a busca por informações. O Art. 2º conceitua e informa que o corpo docente dos Programas de Pós-Graduação é composto por três categorias: docentes permanentes; docentes e pesquisadores visitantes; e docentes colaboradores.

Os artigos 7º e 8º, constantes no capítulo III, caracterizam o professor e pesquisador visitante, esclarecendo como funcionará não somente a contratação, como também a carga de trabalho.

CAPÍTULO III

DOS DOCENTES E PESQUISADORES VISITANTES

Art. 7º Integram a categoria de visitantes os docentes ou pesquisadores com vínculo funcional administrativo com outras instituições, brasileiras ou não, que sejam liberados, mediante acordo formal, das atividades correspondentes a tal vínculo para colaborarem, por um período contínuo de tempo e em regime de dedicação integral, em projeto de pesquisa e/ou atividades de ensino no programa, permitindo-se que atuem como orientadores e em atividades de extensão.

Parágrafo único. A atuação dos docentes ou pesquisadores visitantes no programa deverá ser viabilizada por contrato de trabalho por tempo determinado com a instituição ou por bolsa concedida para esse fim, pela própria instituição ou por agência de fomento.

Art. 8º A pontuação da produção intelectual dos docentes visitantes, será definida em cada área de avaliação, atendidas as diretrizes que possam ser estabelecidas na grande área de conhecimento e pelo Conselho Técnico e Científico da Educação Superior (CTC-ES), bem como aquelas emanadas da Diretoria de Avaliação.

O Professor/Pesquisador Visitante nos Planos Nacional de Pós-Graduação- PNPG

Do traço histórico, a próxima etapa do trabalho foi direcionada na análise dos PNPG, documentos que abordam o desenvolvimento do SNPG, indicando estratégias para a constituição e aprimoramento desse sistema. Assim, o primeiro documento organizado foi divulgado em 1975, mencionando em sua introdução que:

O conjunto de análises e estratégias contido neste documento servirá como referência para as medidas a serem tomadas em todos os níveis institucionais de coordenação, planejamento, execução e normalização das atividades de pós-graduação, durante 5 (cinco) anos, a partir de 1975 (...). Com tal política, pretende-se evoluir para uma nova etapa do sistema universitário, durante a qual as atividades de pós-graduação assumirão importância estratégica crescente (BRASIL, 1975, p.5)

A partir dessa afirmação, entende-se que a função primordial, estabelecida no I PNPG, continua

sendo a de orientar os estudos pós-graduados. Nesse sentido, o último documento elaborado, que cobre o período de 2011 a 2020, dispõe o seguinte: “O Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 dá continuidade aos cinco anteriores e introduz novas e importantes inflexões (BRASIL, 2010, p.13). Ainda, o documento que faz um balanço sobre a evolução do SNPG nos últimos dez anos, indicando que:

O PNPG 2011-2020 veio a ser o VI PNPG já impactado em suas análises e propostas pelo momento de crescimento do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) que teve como base os cinco primeiros PNPG. Esse fato resultou em um documento balizador da expansão da pós-graduação e ao mesmo tempo, definidor das estratégias que esta deveria seguir (BRASIL, 2021, p.12)

Sendo assim, as informações contidas nos PNPG propõem estratégias para o crescimento da ciência e tecnologia, por meio da pesquisa. Funcionando como documento norteador, partiu-se para a análise dos seis Planos, procurando averiguar a forma como a figura do professor/pesquisador visitante é representada nesses documentos. Numa primeira análise, em uma leitura breve de alguns capítulos, direcionada pelo sumário, identificou-se que a menção a esse ator estava relacionada, em alguns momentos, à mobilidade e à cooperação acadêmica. Após isso, passou-se a leitura completa dos documentos.

O I Plano Nacional de Pós-Graduação (1975-1979), de maneira geral, pretendia mostrar os avanços da pós-graduação stricto sensu, norteando e planejando estratégias para a consolidação e desenvolvimento dos estudos pós-graduados realizados no país. Esse documento, mediante o trabalho de acompanhamento e direcionamento feito pela Capes, frisava o prejuízo da desarticulação das iniciativas e a falta de apoio para esse nível de estudo. Assim, o objetivo principal era transformar as universidades em verdadeiros centros de atividades criativas permanentes (I PNPG, p.11), buscando o equilíbrio entre as áreas e as regiões brasileiras.

Entre as diretrizes estabelecidas, a capacitação do corpo docente se destaca, sendo não somente a formação dos pesquisadores importante, como também a jornada de trabalho do professor e de suas atividades. O documento não trata especificamente do professor/pesquisador visitante, contudo, entende-se, a importância desses atores na continuidade do desenvolvimento do SNPG, uma vez que há destaque para a troca de conhecimento entre os professores e os programas. O documento sugeria que as atividades complementares, em caso da impossibilidade de atuação dos docentes permanentes, fossem exercidas por professores temporários e visitantes.

as atividades complementares e específicas, que não puderem ser atendidas por pessoal em tempo integral, sejam exercidas através de intercâmbio, serviços temporários, professores de tempo parcial e visitantes (BRASIL, 1975, p.23)

Outra característica observada no I PNPG, que remete aos professores/pesquisadores visitantes, é a citação da necessidade do intercâmbio e da movimentação, pontos que deveriam ser estimulados para que o compartilhamento de ideias fortalecesse os programas acadêmicos, e automaticamente, o sistema emergente.

Deve ser também incentivado o intercâmbio entre as universidades, no sentido de implantar ou impulsionar iniciativas em instituições que encontrariam, sozinhas, enormes dificuldades em iniciar ou consolidar cursos. (BRASIL, 1975, p.25)

Dentre as atividades que estimulavam a movimentação acadêmica, o documento, na parte de objetivos e diretrizes gerais, destacou a importância em promover programas de intercâmbio, interno e externos, para a formação de recursos humanos (BRASIL, 1975, p.138 a 142). Entre os modelos de programas de fomento mencionados, estavam aqueles que proporcionavam a ida de professores do Brasil para o exterior, promovendo a capacitação desses, bem como a vinda de docentes estrangeiros, visando a iniciação ou fortalecimento de programas e grupos de pesquisa. Toda essa cadeia visava a melhoria dos centros de pesquisas (BRASIL, 1975, p.165 e 166).

Assim, fica evidenciado, no I PNPG, a importância de criar estratégias para o fortalecimento do sistema que emergia, sendo que no interior das propostas de crescimento estão designadas a necessidade e a importância do professor visitante para a constituição do SNPG. Rememora-se, nesse ponto, o trabalho que a Capes já fazia antes da criação do documento de 75, em definir políticas públicas que pudessem contribuir para o aprimoramento dos estudos pós-graduados.

O II PNPG, do quadriênio de 1982-1985, intensificou a necessidade da formação de recursos humanos qualificados para o crescimento e desenvolvimento do país, porém, naquele momento, as ações centralizavam-se na qualidade da pós-graduação oferecida, e no crescimento equilibrado da pesquisa nas regiões brasileiras. Nas diretrizes estabelecidas, a qualidade que se buscava para os programas oferecidos, estava atrelada a ação dos recursos humanos

Da necessidade em qualificar os docentes, tem-se o desenho de políticas públicas de fomento com a finalidade de cumprirem o exposto no II PNPG. Isso também foi salientado no III PNPG, 1986-1989, que mencionava a formação de recursos humanos de alto nível ligada ao desenvolvimento científico e tecnológico do país e, conseqüente, à melhoria dos programas de pós-graduação.

A Política de Formação de Recursos Humanos para Ciência e Tecnologia tem sido objeto de vários estudos nos últimos anos, por parte das agências, órgãos do governo e também da comunidade científica. A conclusão mais importante é a de que o País não possui um quantitativo de cientistas que permita, a curto prazo, atingir plena capacitação científica e tecnológica. Torna-se, portanto, essencial iniciar, com a maior brevidade possível, um programa agressivo de formação de recursos humanos qualificados, tendo em vista que a sociedade e o governo pretendem a independência econômica, científica e tecnológica para o Brasil no próximo século (BRASIL, 1986, p.193)

O III PNPG, preocupado com a institucionalização da pesquisa e do próprio sistema nacional de pós-graduação, destacou obstáculos existentes para a evolução dos estudos pós-graduados, estabelecendo prioridade em ações que visassem a troca de conhecimento, uma vez que a falta de cooperação entre as instituições de pesquisa, ocorria por falta de políticas de apoio ao enfrentamento das assimetrias. Assim, as propostas deveriam viabilizar o intercâmbio de docentes, visando o desenvolvimento de projetos em comum (BRASIL, 1986, p.206), subentendendo, a partir disso, a participação de professores/pesquisadores visitantes.

O IV PNPG foi pensado e discutido, e deveria ter sido estabelecido para o quadriênio de 1990-1994, contudo não houve publicação. Segundo Cury (2005), as mudanças econômicas e o contexto pelo qual o país passava impossibilitaram que o documento fosse concluído. O V PNPG (2005 a 2010) destaca que, apesar desse entrave, mesmo sem um PNPG concreto, os estudos para aprimoramento do SNPG continuaram.

Uma série de circunstâncias, envolvendo restrições orçamentárias e falta de

articulação entre as agências de fomento nacional, impediram que o Documento Final se concretizasse num efetivo Plano Nacional de Pós-Graduação. No entanto, diversas recomendações que subsidiaram as discussões foram implantadas pela Diretoria da CAPES ao longo do período. (BRASIL, 2004. p.16)

Na década sem PNPG, faz-se importante destacar que o país passava por várias instabilidades, não só econômicas, como também as relacionadas à falta de relevância da pesquisa no contexto político da época. Foi nesse momento, por exemplo, que ocorreu a extinção da Capes. Ainda que de forma temporária, o fato demonstra o desinteresse do governo federal da época, em investir em políticas para ciência e tecnologia. A revista comemorativa “Seis décadas de evolução da Pós-Graduação”, da Capes, destaca esse acontecimento, salientando que a mobilização da academia foi importante para que a Medida Provisória nº1505, de 15 de março de 1990, fosse revertida (BRASIL, 2011, p.12).

A leitura dos relatórios da Capes, do Arquivo Central, revelou que na década de 1990, devido a limitação de recursos financeiros, houve redução de apoio à infraestrutura e consolidação dos programas de pós-graduação. Contudo, os documentos mostram que existiram ações de fomento que focavam na inserção de professores/pesquisadores visitantes, fossem eles nacionais ou estrangeiros, como o Programa Professor Visitante Recorrente (BRASIL,1994) e o Programa Professor Visitante (BRASIL, 2000).

Após quatorze anos sem a formalização de um PNPG, apresentou-se o V Plano, de 2005 a 2010. Esse documento focou nos seguintes pontos: o fortalecimento das bases científica, tecnológica e de inovação; a formação de docentes para todos os níveis de ensino; e a formação de quadros para mercados não acadêmicos (BRASIL, 2005b, p. 59).

O V PNPG destacou a importância do crescimento equânime do SNPG, mencionando os fatores que contribuem para a redução das assimetrias existentes entre as regiões brasileiras, sendo um deles a implementação de políticas públicas que propiciassem a mobilidade de professores/pesquisadores e a cooperação entre as instituições e programas. Assim, observa-se a inserção do professor/pesquisador visitante nesse contexto.

Ampliação do atual modelo de parceria institucional, dentro de uma relação de reciprocidade e simetria entre instituições nacionais e estrangeiras. Tais parcerias envolveriam intercâmbio recíproco de alunos e professores em projetos de pesquisa específicos, bolsas-sanduíche para os alunos, estágios de curto prazo para professores e estágios para recém doutores (BRASIL,2004, p.62)

Chama à atenção o enfoque na cooperação acadêmica, reforçando a necessidade das relações interinstitucionais e internacionais por meio do fortalecimento da mobilidade não só de alunos, como também de professores.

Já o VI PNPG, de 2011 a 2020, além de manter as diretrizes do plano anterior no que diz respeito à pós-graduação *stricto sensu*, trouxe a preocupação com a educação básica, sendo necessário reforçar o apoio a essa modalidade de ensino, através da expansão do número de mestres e doutores. Importante destacar que a inclusão do ensino básico, nesse momento, foi motivada pela Lei nº 11.502/2007, que modificou as competências e a estrutura organizacional da Fundação Capes. Assim, além de coordenar os estudos pós-graduados, o órgão passou a,

⁵ Medida Provisória nº150: dispunha sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios

conforme Revista Comemorativa de 60 anos: “a Nova Capes, que além de coordenar o alto padrão do Sistema Nacional de Pós-Graduação brasileiro também passa a induzir e fomentar a formação inicial e continuada de professores para a educação básica.” (BRASIL, 2011, p.17).

O VI Plano destaca a importância de seus antecessores para a continuidade do crescimento do SNPG com qualidade, focando em novas ações e políticas. O documento é extenso e contém dois volumes. O primeiro traz um aspecto geral da pós-graduação brasileira, a importância da formação de recursos humanos, e as recomendações até 2020. Já o segundo reúne estudos de especialistas, “Documentos Setoriais”, de forma a contribuir para reflexões de novas ações.

Uma observação interessante a se fazer sobre as menções dos professores visitantes é que o VI PNPG, ao tratar sobre os aspectos gerais do Sistema, destaca que os professores visitantes poderiam ser melhores aproveitados pelos programas de pós-graduação.

A grande maioria dos Programas pouco utiliza a possibilidade de atuação de professores visitantes. Uma ampliação dessa modalidade de vinculação por indução das Agências seria uma alternativa para reduzir custos, agregando qualidade aos programas”. (BRASIL,2010, vol.1, p.74)

Sobre a distribuição dos docentes, o documento entende que os professores/pesquisadores visitantes colaboram com o desenvolvimento do SNPG, principalmente, no estabelecimento de ações voltadas para o fortalecimento da cooperação internacional, tal como a ampliação de parcerias entre as instituições brasileiras e estrangeiras, estimulando a vinda de pesquisadores estrangeiros (BRASIL,2010, vol.1, p.303).

Interessante destacar que o documento sobre a evolução do decênio 2011-2020, reitera a proposta de inserção dos professores visitantes, especificamente estrangeiros, para promoção da ciência, sendo uma das recomendações, a implementação de estratégias voltadas para a ampliação do número de alunos e pesquisadores estrangeiros nos PPG das universidades brasileiras.

O projeto de internacionalização da PPG no Brasil ocorre ainda de forma assimétrica, com um número muito superior de pesquisadores enviados para o exterior comparado ao de alunos e pesquisadores estrangeiros que vêm para o país. Recomendações como a flexibilização das políticas de contratação nas IES nacionais de maneira a atrair jovens talentos com formação de excelência no exterior...” (BRASIL, 2021, p. 37 e 38)

Observa-se assim, que os PNPG tratam dos professores/pesquisadores ao longo da evolução do SNPG, mas abordam os visitantes de forma tímida. não há nenhum capítulo que disserte sobre a ação e a necessidade destes. Evidencia-se o trabalho dos pesquisadores visitantes vinculados a internacionalização e a cooperação acadêmica, com destaque no IV PNPG. Os planos ainda estabelecem que as ações de fomento, políticas públicas são estratégias, elos necessários para formação de acordos entre programas de pós-graduação, no Brasil e no exterior, como programas de bolsas, contribuindo para a própria atuação dos pesquisadores visitantes, no SNPG.

Considerações Pós-análise

Da análise realizada nos documentos, observou-se a recorrência de menções ao professor/pesquisador visitante como parte do SNPG, desde o início de sua formação. Identificou-se também, que apesar de não ser ponto de destaque nas diretrizes estabelecidas pelos planos nacional de pós-graduação, sua ação é percebida e incluída nas atividades diretas

para o SNPG. Dessas atividades, observou-se que, muitas vezes, a menção a ação dos docentes visitantes, estava relacionada ao processo de internacionalização da educação superior, e ainda, na formação de redes de cooperação acadêmica.

A pesquisa documental, nos arquivos da Capes, permitiu verificar que, desde o início da constituição do SNPG, foram conduzidas políticas públicas de fomento que incluíam o professor/pesquisador visitante, demonstrando sua importância nas ações que estabeleceram os estudos pós-graduados.

Observou-se ainda, que os PNPG tratam dos professores/pesquisadores ao longo da evolução do SNPG, mas abordam os visitantes de forma tímida, não havendo destaque sobre a ação e a necessidade destes. O Plano de 2011 – 2020, especificamente, menciona os visitantes como uma possível estratégia para auxiliar na redução das assimetrias do sistema de pós-graduação. Assim, compreender as ramificações, as peças que compõem esse sistema, é primordial para um melhor planejamento e distribuição de recursos para a pesquisa.

Salienta-se que, este trabalho foi desenvolvido quando o VI PNPG já havia sido finalizado, não tendo sido estabelecido, em 2022, um novo plano. Entretanto, a Comissão, estabelecida para acompanhamento do VI PNPG, criada pela Capes, elaborou documento que mostra a evolução do PNPG, podendo ser um guia para um novo documento, demonstrando empenho e força por parte dos organismos envolvidos na Ciência e Tecnologia, que mesmo frente às inconcórdias presentes no país, mantiveram-se em seus papéis, buscando dirimir os problemas para o SNPG.

Destaca-se a importância da Capes, conforme exposto anteriormente, na construção do SNPG, podendo, inclusive, inferirmos que o Parecer Sucupira tenha se inspirado nas ações propostas e concretizadas por esta Fundação. Neste momento, em que a ciência sofre perdas consideráveis, rememorar a trajetória de instituições ligadas à Ciência e Tecnologia e sua importância no desenvolvimento do país, se faz necessário.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação do Brasil (MEC). Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC)/Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). I Plano Nacional de Pós-Graduação: 1975-1979, 1975a. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/i-pnpg-pdf>. Acesso em: 21 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação do Brasil (MEC). Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC)/Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). II Plano Nacional de Pós-Graduação: 1982-1985. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ii-pnpg-pdf>. Acesso em 21 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação do Brasil (MEC). Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC)/Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). III Plano Nacional de Pós-Graduação: 1986 -1989. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/iii-pnpg-pdf>. Acesso em 21 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação do Brasil (MEC). Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC)/Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). V Plano Nacional de Pós-Graduação: 2005-2010. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/pnpg-2005-2010-pdf>. Acesso em 21 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Diário Oficial da República Federativa

do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 de dezembro de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112772.htm. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação do Brasil (MEC). Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC)/Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Plano Nacional de Pós-Graduação: 2011 -2020 – Vol. I. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-pnpg-volume-i-mont-pdf>. Acesso em 20 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação do Brasil (MEC). Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC)/Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Plano Nacional de Pós-Graduação: 2011 -2020 – Vol.II. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/pnpg-miolo-v2-pdf>. Acesso em 21 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Portaria n.81, de 03 de junho de 2016. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 06/06/2016. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-81-de-3-de-junho-de-2016-21639834>. Acesso em 06 fev.2022.

BRASIL. Ministério da Educação do Brasil (MEC). Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC)/Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Evolução do SNPG no decênio do PNPG 2011 -2020. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/07032022_EvolucaoDoSNPGnodeceniodoPNPG20112020_ISBNWeb.pdf. Acesso em 15 mai. 2022

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Federal de Educação (CFE). Parecer nº 977/65. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/parecer-cesu-977-1965-pdf>. Acesso em 26 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Relatórios Técnico-Administrativo da Capes. Arquivo Central

CELLARD, A. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis, Vozes, 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Quadragesimo ano do Parecer CFE nº 977/65**. Revista Brasileira de Educação, nº 30 Set /Out /Nov /Dez, p. 7-20, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/VSnWgN8xMgjTc3VR534PSGN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 26 nov. 2021

LUDKE, M.; André, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU,1986.

SAVIANI, Dermeval. **A Pós-Graduação em Educação no Brasil: Trajetória, situação atual e perspectivas**. Revista Diálogo Educacional, 1(1), 1–95, 2000. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189118251004>. Acesso em: 28 nov. 2021

TEIXEIRA, Anísio. **Uma perspectiva da educação superior no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v.50, n.111, jul./set. 1968. p.21-82. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/perspectiva.html> Acesso em 05 dez.2021